



Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

Sooretama/ES, 17 de outubro de 2025.

Ofício GAB nº 379/2025

Assunto: Projeto de Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal sobre Drogas e cria o Fundo Municipal sobre Drogas, no âmbito do Municipio de Sooretama-ES.

#### Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, e de seus ilustres pares, o presente Projeto de Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal sobre Drogas e cria o Fundo Municipal sobre Drogas, no âmbito do Municipio de Sooretama-ES.

Oportunamente, solicito a esta Augusta Casa, que a tramitação do presente PL, **seja em caráter de URGÊNCIA.** à luz de necessidade premente do Poder Executivo Municipal.

Senhor Presidente e Senhores Edis, ao finalizar esta mensagem o faço com serena alegria, expressando aos senhores representantes da sociedade Sooretamense votos de que sejamos todos iluminados por Deus que, em primeira instância, é quem nos inspira a construir uma sociedade melhor, nos orienta na consecução do caminho do bem estar, bem gerir, bem legislar, bem participar, bem contribuir e bem desenvolver.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres pares protestos de alta estima e distinta consideração.

Assinado por FERNANDO CAMILETTI 080.\*\*\*.\*\*\*PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
17/10/2025 15:58:42

## FERNANDO CAMILETTI PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA – ES







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

#### PROJETO DE LEI N° \_\_\_\_/2025

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL SOBRE DROGAS E CRIA O FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE SOORETAMA-ES."

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SOORET AMA - ES, usando de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição

Federal, Lei Orgânica Municipal e demais normas que regem a matéria, faz saber

que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DA POLITICA MUNICIPAL SOBRE DROGAS SEÇÃO I DA DEFINIÇÃO

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal sobre Drogas, o Conselho Municipal de Drogas e o Fundo Municipal sobre Drogas.

**Parágrafo único.** A Política Municipal Sobre Drogas constitui o conjunto de princípios e diretrizes da temática das drogas, no âmbito do Município.

Art. 2° Para os fins desta Lei, considera-se:

I – redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas.

II – droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

III – drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD e o Ministério da Justiça – MJ;

## SEÇÃO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

**Art. 3º** Constituem princípios da Política Municipal sobre Drogas:

 I – O respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

 II – O respeito à diversidade e às particularidades sociais, culturais e comportamentais dos diferentes grupos sociais;

III – O tratamento igualitário e o combate a toda forma de estigmatização social e preconceito, reconhecendo que a discriminação produz e agrava a vulnerabilidade e a exclusão social:

IV – A adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso abusivo, atenção e reinserção social, e;

**V –** A promoção da responsabilidade compartilhada entre poder público e sociedade civil, reconhecendo a importância da participação social na prevenção do uso abusivo de drogas.

**Art. 4º** Constituem diretrizes da Política Municipal sobre Drogas:







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

I – Contribuir para a inclusão social do cidadão, visando torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para ouso abusivo e outros comportamentos correlacionados:

II – Promover a educação e a socialização do conhecimento sobre drogas no Município, com especial ênfase da educação básica e na atenção básica em saúde;

III – Promover a integração transversal entre as políticas sociais, com prevenção do uso abusivo, atenção integral e reinserção social dependentes de drogas;

IV – Promover programas de auxílio psicossocial e orientação às famílias dos usuários que fazem uso abusivo ou são dependentes de substâncias psicoativas garantindo a saúde integral da população;

 V – Desenvolver política de atendimento em saúde para a população dependente ou que faz uso abusivo de substância psicoativa;

**VI –** Assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de prevenção ao uso abusivo de drogas;

**VII –** Adotar estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

**VIII –** Promover a articulação com os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, entidades e demais instituições da sociedade civil, visando à cooperação mútua nas atividades;

IX – Realizar capacitação continuada aos atores sociais sobre prevenção do uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.

### **CAPÍTULO II**





Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

## SEÇÃO I DA DEFINIÇÃO

- **Art. 5º** Fica instituído o Conselho Municipal sobre Drogas COMAD, no âmbito do Município de Sooretama-ES que, integrando-se ao esforço nacional de combate às drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.
- § 1° Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações supra mencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.
- § 2° O COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integrar-se ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas SISNAD, de que trata o Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.
- Art. 6° São objetivos do COMAD:
- I instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas;
- II acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União; e
- **III –** propor, ao Prefeito e à Câmara Municipal, as medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta lei.
- § 1° O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

§ 2° Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual sobre Drogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios freqüentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, e a Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

## SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º São atribuições do COMAD:

 I – Deliberar acerca da Política Municipal Sobre Drogas, promovendo eventuais aperfeiçoamentos e modificações, por meio de encaminhamentos fundamentados;

II – Fiscalizar e acompanhar a execução das ações relativas à Política Municipal Sobre Drogas, em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD e com o Sistema Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas – SISESD, considerando os eixos, da saúde, da assistência social, da prevenção ao uso abusivo e da integração socioeconômica;

 III – acompanhar a aplicação dos recursos financeiros destinados às ações voltadas à temática das drogas;

 IV – Promover a integração entre as diversas iniciativas públicas e privadas sobre drogas;

**V –** Estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações com outros órgãos do Sistema Federal, Estadual e Municipal de Segurança Pública, Justiça, Direitos Humanos, Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Juventude, Igualdade Racial, Políticas para as Mulheres e Desenvolvimento Econômico, além

de instituições acadêmico-científicas de estudo e pesquisa, a fim de facilitar o apoio 回误接通回 Autenticar documento em https://sooretama.camarasempapel.com.br/autenticidade





Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

**VI –** Desenvolver apoio técnico no sentido de orientar e qualificar os serviços prestados pelas instituições que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e afins, sem prejuízo de eventual monitoramento;

**VII –** Estimular e apoiar estudos, pesquisas, diagnósticos e educação permanente, alinhados às temáticas que compõem a Política Pública Municipal Sobre Drogas;

**VIII –** Incentivar campanhas e projetos alinhados às temáticas propostas na Política Pública Municipal Sobre Drogas, monitorando sua eficiência;

**IX –** Sugerir planos de atuação, exercer orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas como tratamento e prevenção ao uso abusivo de drogas e de substâncias que determinem dependência;

**X –** Elaborar, aprovar e divulgar seu Regimento Interno, com o objetivo de orientar o seu funcionamento e realizar alterações quando necessário;

**XI –** Orientar e fiscalizar as entidades públicas e privadas e as organizações sem fins lucrativos no município que atuem em políticas sobre Drogas, bem como os serviços, programas e projetos;

**XII –** Acompanhar as atividades das entidades públicas, privadas e as organizações sem fins lucrativos atuantes no município, responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos populares organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com as políticas públicas do município, incluindo ações de natureza preventiva;

**XIII –** Participar da construção do Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas e fiscalizar a sua execução.







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

## SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO

- **Art. 8º** O COMAD será integrado por 14 (quatorze) membros e seus respectivos suplentes, observada a seguinte representatividade:
- I 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos:
- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania;
- d) Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil;
- II 04 (quatro) representantes de entidades ou de instituições que já atuam na área da prevenção, tratamento e reinserção social;
- III 01 (um) representante da Polícia Militar;
- IV 01 (um) representante da Polícia Civil.
- **V –** 02 (dois) representantes dos seguintes conselhos:
- a) 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
- **b)** 01 (um) representante do Conselho Municipal de Segurança;
- **VI –** 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada (igrejas, Organizações Não Governamentais, universidades, as lideranças do setor privado, PROERD, entre







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

§ 1° Os conselheiros, cujas nomeações serão publicadas em Diário Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução.

§ 2° O Presidente e o Secretário-Executivo do COMAD serão escolhidos pelo Plenário, por votação direta e aberta.

## SEÇÃO IV DA ESTRUTURA

**Art. 9º** O COMAD fica assim organizado:

I - Plenário:

II - Presidência;

**III -** Secretaria Executiva.

**Parágrafo único.** O detalhamento da organização do COMAD será objeto do respectivo Regimento Interno.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.

**Parágrafo único.** O COMAD deverá providenciar a criação de um Fundo Municipal sobre Drogas, constituído por verbas próprias do orçamento municipal e por recursos suplementares. Esse fundo será destinado, exclusivamente, ao custeio das despesas do Programa Municipal Antidrogas – PROMAD.

**Art. 11.** As funções de conselheiro não serão remuneradas, porém consideradas de relevante serviço público.

Parágrafo único. A relevância a que se refere o presente artigo será atestada por meio de certificado expedido pelo Prefeito, mediante indicação do Presidente do Autenticar documento em https://sooretama.camarasempapel.com.br/autenticidade com o identificador 3200310036003200370031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

Art. 12. O COMAD providenciará as informações relativas à sua criação à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – COESAD e Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual de Políticas sobre Drogas.

Art. 13. O COMAD providenciará a elaboração do seu Regimento Interno.

## CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS

**Art. 14.** Fica instituído o Fundo Municipal sobre Drogas do Município de Sooretama, cujos recursos deverão ser destinados à consecução da Política Municipal sobre Drogas.

**Parágrafo único.** Os recursos financeiros vinculados ao Fundo serão geridos pela Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, a que está vinculado o Conselho Municipal de Drogas.

**Art. 15.** Constituirão recursos do Fundo Municipal sobre Drogas:

 I – A dotação consignada anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II – Convênios, parcerias, doações, transferências e termos de cooperação.

III – transferências decorrentes de convênios e repasses do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD ou de Fundo Estadual congênere, bem como recursos cuja destinação ao Fundo Municipal seja expressamente determinada por decisão judicial, nos termos dos arts. 60 a 63 da Lei nº 11.343/2006, com as alterações da Lei nº 13.840/2019.





Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

**Art. 16.** O Poder Executivo poderá firmar convênios e acordos de cooperação com a União, o Estado, o Ministério Público, o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Câmara Municipal e outros órgãos e entidades, a fim de dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

Art. 17. Os recursos do FMD serão destinados:

I – Aos programas e projetos de educação e prevenção ao uso abusivo e promoção da saúde com vistas ao cuidado e tratamento de dependência de substâncias psicoativas e aos programas de reinserção social;

II – Aos custos de sua própria gestão e para o custeio de despesas decorrentes do cumprimento de atribuições atreladas ao seu gerenciamento.

## CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 18.** O COMAD deverá elaborar o Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, observando o que dispõe a Política Municipal sobre Drogas.

**Art. 19.** Fica a cargo da Secretaria a que estiver vinculado o COMAD a contratação de pessoal necessário para o seu funcionamento, sendo sua responsabilidade providenciar espaço físico, equipamentos e suporte técnico.

**Art. 20.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei por Decreto.

**Art. 21.** Fica revogada integralmente a Lei Municipal n° 634, de 30 de setembro de 2011.

**Art. 22.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

## FERNANDO CAMILETTI PREFEITO MUNICIPAL







Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – Cep: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

#### **MENSAGEM**

Nobres Vereadores,

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal sobre Drogas e cria o Fundo Municipal sobre Drogas, no âmbito do Municipio de Sooretama-ES.

A presente propositura visa revogar integralmente a Lei Municipal nº 634, de 30 de setembro de 2011, tendo em vista sua desatualização frente às diretrizes nacionais e estaduais sobre políticas públicas de drogas, bem como instituir nova legislação para criação do Conselho Municipal sobre Drogas e do Fundo Municipal sobre Drogas, a qual contempla princípios, diretrizes e atribuições alinhadas com a política pública contemporânea.

Destaca-se que o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, regulamentado pelo Decreto nº 5.912/2006, ampliou o enfoque das ações, incluindo não apenas a repressão, mas também a prevenção, o tratamento e a reinserção social.

Sendo estas as razões que motivam a apresentação deste Projeto ao exame dessa Nobre Casa de Leis, reforço nossa crença na harmonia que tem pautado as relações entre o Legislativo e o Executivo, para o bem maior de todos os cidadãos.

Assim, na certeza de mais uma vez poder contar com apoio e autorização dessa nobre Casa de Leis, subscrevemo-nos, colocando à disposição dos nobres vereadores toda nossa equipe técnica para maiores esclarecimentos, caso seja necessário.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

Sooretama/ES, 17 de outubro de 2025.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA GABINETE DO PREFEITO

Rua: Vitório Bobbio, nº 281, Centro - CEP: 29.927-000 - Prédio

CNPJ: 01.612.155/0001-41

Tel.: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218 E-mail: gabinete@sooretama.es.gov.br

### **DECLARAÇÃO**

Sooretama/ES, 17 de outubro de 2025.

Na qualidade de ordenador de despesas do município, declaro, para os devidos fins, especialmente para atender o Art. 169, §1º da Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2025 e Lei Orçamentária para 2025, que as despesas decorrentes do Projeto de Lei em comento tem adequação orçamentária financeira e compatibilidade com o Plano Plurianual, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

Assinado por FERNANDO CAMILETTI 080.\*\*\*\*.\*\*\* PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA 17/10/2025 15:58:09

# FERNANDO CAMILETTI PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://sooretama.camarasempapel.com.br/autenticidade utilizando o identificador 3200310036003200370031003A005000

Assinado eletronicamente por EVANDINELIA DIAS DOS ANJOS DE JESUS em 17/10/2025 16:29 Checksum: 0ED7057ABE8C4473C5A39D2153B1C3B742B82018D1D950B41F2EF78CD4303343

